Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**UASG:** 988815 - PREF.MUNICIPAL DO RIO GRANDE/RS**Licitação nº:** 1/2020**Modo de Disputa:** Aberto**Número do Item:** 1**Nome do Item:** Obras Civas Públicas (Construção)**Tratamento Diferenciado:** Sem benefícios**Sessões Públicas:** Atual**Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)****04.166.318/0001-06 - SR CONSTRUCAO & LOCACOES EIRELI****Intenção de Recurso****Data/Hora:** 12/08/2020 12:08**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:****Recurso****Data/Hora:** 24/08/2020 15:06

Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência: A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE/RS GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO - RECURSO ADMINISTRATIVO EDITAL RDC ELETRÔNICO 01/2020 PROCESSO 32.749, 41.489 e 41.513 /2019 SR CONSTRUÇÃO & LOCAÇÕES EIRELI, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epigrafe, ora denominada simplesmente Recorrente, por seu representante legal infra-assinado, vem mui respeitosamente à presença de V.Sa., interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, inconformada com a decisão da digna Comissão de Licitação na fase de habilitação, apresentando suas razões, expondo e requerendo o seguinte: I – DA TEMPESTIVIDADE Tendo em vista a decisão administrativa proferida pela Comissão de Licitação, na modalidade RDC Eletrônico nº 01/2020, em 11 de agosto de 2020. Fora enviado o presente Recurso, também via email, conforme estabelecido no item 10.1 do Edital, na data de 13.08.2020. Considerando que a lei estabelece o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposições de recursos, a interposição do presente Recurso Administrativo é tempestivo. II – DO CABIMENTO DO PRESENTE APELO E DO EFEITO SUSPENSIVO Precipuaente esclarece a Recorrente que a interposição do presente Recurso Administrativo é o exercício do direito e da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, jamais havendo por parte desta empresa o interesse em tentativa de frustrar o procedimento licitatório, ao contrário, o objetivo sempre foi e será de que este ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade. Atende a empresa Recorrente os pressupostos para admissão da inconformidade, uma vez que presentes os requisitos a que alude MARÇAL JUSTEN FILHO, quais sejam os subjetivos, estes consubstanciados no interesse, recursal e na legitimidade e os requisitos objetivos, estes aportados na existência do ato administrativo de cunho decisório, tempestividade, forma escrita, fundamentação e o pedido de nova decisão. (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 4a ed.p. 501). Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento. Dé acordo com o § 2º do artigo 109, da Lei 8.666/93, bem como o disposto no item do Edital, solicita esta Recorrente que seja atribuído efeito suspensivo ao presente apelo. III – DOS FATOS A parte recorrente fora declarada, como inabilitada no certame licitatório de RDC Eletrônico nº 01/2020 (LOTE 01), ao qual havia logrado êxito na fase de envio de lances, nos

profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente. No entanto, data vênua, a presente Comissão está equivocada quanto ao parecer de inabilitação. Veja-se que o item 7.3.3, subitem 7.3.3.1 do Edital, estabelecia a apresentação do cálculo dos índices financeiros dos participantes do Certame, elaborados e assinados por profissional legalmente habilitado na área contábil, com respectivo número de registro no Conselho. Ocorre que tais demonstrações foram apresentadas na fase de Habilitação, e fazem parte do arquivo "10. Balanço patrimonial 2019" anexado no sistema Comprasnet. Na página 43 do referido arquivo encontram-se apresentados os índices econômicos, que foram calculados e aferidos pelo setor contábil da Recorrente. Aqui, cabe salientar que todo arquivo apresentado possui assinatura do tipo digital, o que pode ser facilmente verificado por essa Comissão. Ainda, cabe registro, que o referido Balanço Patrimonial encontra-se devidamente registrado, sob o número 20/071.177-6, na Junta Comercial do Estado do Ceará, unidade da Federação na qual a empresa estava estabelecida no ano de 2019. Descabidamente, dessaarte, a Comissão inabilitou a Recorrente, alegando para tanto a não apresentação de demonstrações de índices contábeis que constavam nos arquivos apresentados, o que demonstra, claramente, que tal decisão deva ser reformada. Logo, neste aspecto não há quaisquer óbices que impeçam a devida habilitação da empresa no certame licitatório, uma vez que plenamente preenchido o requisito constante nos subitens 7.3.3 e 7.3.3.1 do instrumento convocatório. Em relação a decisão da Comissão, pela inabilitação da Recorrente por suposto desatendimento ao item 7.4.2.1 do Edital, esta demonstra-se claramente equivocada. O item 7.4.2.1 do Edital, estabelecia a indicação de profissional de nível superior, através de declaração, devidamente reconhecido pela entidade competente, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico do indicado, comprovando a sua responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da futura contratação. Inicialmente cumpre esclarecer, que o Edital da Licitação, apesar de exigir a declaração, não contempla nenhum modelo específico e/ou exclusivo de declaração do item 7.4.2.1. A Recorrente apresentou a essa Comissão, a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), onde consta, claramente, que o profissional Carlos Geovane de Jesus, engenheiro civil, pertence ao quadro técnico permanente da mesma. Apresentou, ainda, a Certidão de Registro do Profissional, emitida pelo mesmo Conselho, onde consta, também de forma clara, ser o mesmo lotado como responsável técnico pela Recorrente. Ainda, o profissional em questão, atestou a Declaração de Declínio de Visita Técnica, também apresentada a essa Comissão. Assim, também neste aspecto, não há quaisquer óbices que impeçam a devida habilitação da empresa no certame licitatório, uma vez que plenamente preenchido o requisito constante nos subitens 7.4.2.1 do instrumento convocatório, tendo a Recorrente indicado o profissional, devidamente registrado no Conselho, detentor de qualificação técnica condizente com o objeto do certame. Portanto, resta claro que a documentação apresentada pela Recorrente atende perfeitamente o objetivo a que se propõe, qual seja, garantir à Administração que a Licitante atende as qualificações econômicas e técnicas necessárias para a participação do certame, mostrando-se desarrazoada e dotada de excesso de formalismo sua inabilitação no procedimento licitatório. Sobre o excesso de formalismo, assim o TCU se propõe, ao "combate ao formalismo exagerado do administrador, quando este aplica restritivamente as cláusulas do edital, de modo a excluir indevidamente possíveis licitantes" in verbis: Licitação para contratação de bens e serviços: 2 - As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. Ainda nas tomadas de contas anuais do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego - (Cindacta III), referentes aos exercícios de 2003 e 2004, julgadas pelo TCU, respectivamente, regulares e regulares com ressalva, outra irregularidade apurada foi a inabilitação de uma empresa em uma licitação por não ter acrescido à declaração exigida pelo inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/1993 a expressão "exceto na condição de menor aprendiz". Ao examinar o assunto, a unidade técnica considerou que a inabilitação, pela razão apontada, denotaria excesso de rigor formal, pois a declaração da empresa eliminada afirmava não haver menores trabalhando em seus quadros. Assim, ainda para a unidade responsável pelo processo, "a partir dessa declaração, o gestor público somente poderia concluir pela inexistência de menores aprendizes. Afinal, menores aprendizes são menores. E como havia sido informada a inexistência de menores trabalhando, não era razoável se depreender que a empresa empregasse menores aprendizes". Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação "promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando da empresa a utilização ou não de menores aprendizes", o que não configuraria irregularidade, qualquer que fosse a resposta obtida. Por conseguinte, votou pelo provimento dos recursos de revisão intentados, e, no ponto, pela rejeição das justificativas apresentadas pelos responsáveis envolvidos, levando o fato em consideração para votar, ainda, pela irregularidade das contas correspondentes, sem prejuízo de aplicação de multa, o que foi aprovado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão no 7334/2009 - 2a Câmara. Acórdão n.º 2003/2011-Plenário, TC-008.284/2005-9, rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011. Ademais, a inabilitação do participante devido a um mero vício formal, escusável e sanável confronta-se com o próprio interesse público, fundado na ampla participação de todos os interessados - que, evidentemente, preenchem os requisitos básicos exigidos - para oportunizar à Administração a escolha da proposta mais vantajosa, além de ferir o direito de participação do licitante que preencheu as exigências básicas exigidas no certame. Nesse sentido, acosta-se a seguinte jurisprudência: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. FINALIDADE DA EXIGÊNCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE. Apesar da Administração estar vinculada às condições do Edital, configura-se excesso de formalismo excluir empresa que demonstra, de forma diversa da prevista no Edital, preencher os requisitos à finalidade da exigência editalícia. (AMS 2007.72.00.000303-8/ SC, Relator Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR, D.E. 13-5-2008) Destaque-se que, apesar do dever de obediência ao princípio da legalidade, não se pode admitir o formalismo em excesso, que acaba por prejudicar a administração pública. Nas palavras do professor Marçal Justen Filho: "Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pela princípio da razoabilidade. É necessário ponderar

os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos. Certamente, não haveria conflito se o ato convocatório reservasse a sanção de nulidade apenas para as desconformidades efetivamente relevantes. Mas nem sempre é assim. Quando o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação.' (JUSTEN FILHO, 11 Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª edição. São Paulo: Dialética, 2002. p. 428). Assim, após tão esclarecedores argumentos sobre o assunto, resta-se, apenas, em reforço ao já explicitado, ressaltar que a forma prescrita no edital não pode ser encarada com excesso de formalismo pela Administração a ponto de excluir do certame concorrente que possa oferecer condições mais vantajosas na execução do objeto licitado, haja vista que demonstrou-se preencher os requisitos exigidos, sendo contrário aos princípios do ato administrativo o excesso formal desarrazoado. IV – DO PEDIDO

Diante de todo exposto se faz necessário o presente Recurso Administrativo, como medida de justiça e de direito, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições e ser declarada habilitada no procedimento licitatório em apreço. Desta forma, requer: - seja recebido o presente recurso, sendo o mesmo devidamente processado em todos os seus termos. - seja ao final, julgado procedente o recurso ora interposto, e, assim revogada a inabilitação do Recorrente. Nestes termos, Pede e aguarda deferimento. Gravataí, 12 de agosto de 2020. SR CONSTRUÇÃO & LOCAÇÕES CNPJ 04.166.318/0001-06 Demerson Souza Nogueira Diretor Comercial

21.556.019/0001-99 - TAVARES E SILVA CONSTRUCAO E REFORMAS LTDA

Voltar